REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

Ata da reunião realizada a 29 de maio de 2014

Aos vinte e nove dias do mês de maio de 2014, pelas dez horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira presidido por José Gabriel do Álamo de Meneses

Nesta reunião registaram-se as presenças dos conselheiros:

José Gabriel do Álamo de Meneses – Presidente do Conselho de Ilha

Ana Rita Meneses Branco – 2.ª Secretária do Conselho de Ilha

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo

Sebastião de Lima – Em Representação do Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.

Paula Ramos – Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória

João Luís Sanchez dos Santos – Representante da A.M de Angra do Heroísmo

Pedro Miguel de Borba Ferreira- Representante da A.M de Angra do Heroísmo

Carlos Valadão Santos - Representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo

Péricles Pereira Ortins – Representante da A.M de Angra do Heroísmo.

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas - Representante da A.M de Angra do Heroísmo.

José António Sozinho Azevedo – Representante das Associações Agrícolas(AAIT)

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes Representante das Associações Agrícolas (Fruter)

José Manuel Ferreira Pimentel Dias – Representante dos Sindicatos (UGT)

E o seguinte deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores :

Francisco Coelho - PS

O Presidente do Conselho de Ilha, José Gabriel do Álamo de Meneses deu as boas vindas e agradeceu a presença dos Conselheiros. Dando inicio à reunião, comunicou que o **conselheiro Pedro Ferreira** havia entregue uma proposta de pronuncia e, uma vez que a mesma não constava da ordem de trabalhos da reunião, sugeria que, de modo a não perturbar demasiado a agenda, o conselho fizesse a respetiva votação sobre a sua eventual admissão e seu debate, aquando do ponto 3 da ordem de trabalhos – Outros Assuntos de Interesse.

Assim sendo, e com a permissão do Conselho, passou ao **1.º ponto** da referida ordem de trabalhos que tinha a ver com **a aprovação das atas do Conselho de Ilha de 10-03-2014 e 25-03-2014.**

Postas a votação, a ata da reunião realizada a 10-03-2014, foi aprovada por unanimidade, sendo a de 25-03-2014, aprovada, por maioria, com duas abstenções dos conselheiros Pimentel Dias e João Santos, em virtude de os mesmos não terem participado na referida reunião.

De seguida passou ao **2.º ponto** da ordem de trabalhos – **Base das Lages** – tendo comunicado que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo havia solicitado a inclusão deste assunto, tendo uma apresentação a fazer sobre o mesmo. Assim, passou a palavra ao **conselheiro Carlos Valadão Santos**, representante daquela Associação Empresarial.

O mesmo conselheiro procedeu à apresentação do projeto, referindo que consideram o assunto da Base das Lages, deveras importante para o Concelho, para a Ilha Terceira e para os Açores no seu todo.
Concluiu dizendo que a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo ao apresentar este documento é no sentido de fazer aprovar uma intenção de que o assunto da Base das Lages seja colocado de uma forma premente, por acharem que é um dos assuntos mais importantes que se tem de enfrentar na nossa Ilha.

Finda a apresentação o **Presidente do Conselho de Ilha** deu inicio a um período de perguntas e respostas em relação ao assunto.

Interveio o **conselheiro José António Sozinho Azevedo**, alegando que a base e a pista são muito importantes, contudo não podem descurar de tudo o que resta dos armazéns e mesmo da parte das casas, acha ser importante utilizar um bem que poderá estar ao nosso dispor, estranhando um pouco, vindo da Câmara do Comércio, não fazendo a

utilização de todo o espaço do armazém para uma organização possível de exportação e criação de serviços para comercialização de produtos regionais e também de empresas que se possam lá instalar, se é uma mais-valia, se são construções fixas e algumas em bom estado acha que deveriam aproveitar e olhar num todo e não só nalguns pontos específicos.

Seguidamente usou da palavra o **conselheiro**, **Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes,** que disse concordar em absoluto com o que foi dito, sendo que grande parte do que foi alegado já foi referido pela FRUTER em outras reuniões do Conselho de Ilha e outros sítios. Falou ainda, de algumas premissas que são muito importantes e que não percebe como já não foram resolvidas.

O **conselheiro José Manuel Ferreira Pimentel Dias,** questionou se o estudo elaborado pela Câmara do Comércio previa alguma situação para os trabalhadores portugueses caso haja encerramento de grandes setores americanos na Base das Lages.

Carlos Valadão esclareceu que o housing, as casas e os armazéns não eram o aspeto principal o valor de uma coisa relativamente ao que está em causa, que é a gestão de um espaço aéreo brutal e uma infraestrutura fantástica e que é extremamente reduzido.
A intenção é ter objetividade, definir uma linha mestra que seja condutora de um objetivo global para aquela infraestrutura , que seja possível tornar rentável.

Relativamente à questão dos trabalhadores das Lages, disse que a base não teve o impacto que teve os estaleiros de Viana do Castelo, porque de fato os trabalhadores desta não têm o mesmo peso que têm os trabalhadores daquele estaleiro naval. Enquanto aqueles vão ter alguma dificuldade e alguns problemas no seu futuro, os trabalhadores da Base das Lages são trabalhadores que recebem acima da média e vão eventualmente receber indemnizações muito acima da média e ficarão por conta da Segurança Social, que é mais um encargo para o Estado Português, pelo que, na sua ótica a questão dos trabalhadores é ultrapassada a partir do momento que se cria oportunidades para investimento.

Referiu, ainda que, há que encontrar uma solução para dar um incremento aquela grande infraestrutura que se tem na Ilha e que está subutilizada. A Câmara do Comercio julga que o problema da base das Lages não é um problema americano, mas sim um problema de gestão com as forças militares portuguesas, visto que aquele terreno é da força aérea, entrando-se em situações muito complexas porque sabe-se que ainda existe, em Santa Maria assuntos por resolver e os terrenos na Ilha Terceira levaram décadas para se resolver.

Após esta ultima intervenção o **presidente do Conselho de Ilha**, declarou aberta uma 2.º fase de perguntas,

Usando da palavra o **conselheiro João Luís Sanchez dos Santos**, questionou, para além da parte comercial, da parte civil, etc. qual era o ponto de situação ou o que é que havia de concreto relativamente à discussão da utilização iminentemente militar da Base das Lages. Disse julgar que foi para isso que ela foi construída e foi esse o interesse que sempre serviu aos Americanos e não qualquer outro.

De seguida o **conselheiro Pedro Miguel de Borba Ferreira,** referiu perceber e entender a preocupação da Câmara do Comércio, que deve ser uma preocupação que nos assola e que nos preocupa a todos.
Quando a Câmara do Comércio diz que se deve valorizar a gestão do espaço aéreo e da pista, questiona concretamente como.

Posteriormente usou da palavra **o conselheiro Péricles Pereira Ortins,** sendo a sua questão a seguinte: Se o espaço pertence a uma entidade, se os interesses de exploração dos Açores são de outra, governo e autarquias, se se trata de aviação civil que tem normas internacionais e nacionais que entidade poderia gerir aquela infraestrutura de modo a que pudesse conciliar os interesses da base militar portuguesa, da base militar americana, da aviação civil, articulando ou não com outras entidades e que tivesse a componente de outras atividades que pudesse oferecer vantagens em relação a outros espaços, ou seja, qual seria a entidade que deveria dar o passo, como se deveria constituir essa entidade?

Na sequência das questões colocadas **o conselheiro Carlos Matos**, esclareceu que, relativamente à componente militar, uma vez que se prevê a redução da Base das Lages, essa componente não é efetiva mas mesmo antes de existir esta redução o problema militar e de transporte de equipamento militar já vem sendo reduzido há muitos anos.
Falou ainda, da gestão feita em duas bases americanas que foram desativadas e que teve a oportunidade de visitar.

De seguida o **presidente do Conselho de Ilha**, deu por iniciada a fase relacionada com questões de posição sobre o assunto, dando a palavra à **conselheira Paula Ramos,** que pretendeu fazer uma reflexão sobre o que foi apresentado pela Câmara do Comercio, relativamente ao relatório, do qual o Município da Praia da Vitória teve conhecimento, visto que fez parte da comitiva que se deslocou aos Estados Unidos. Mas, como foram feitas considerações fora desse relatório, nomeadamente o fato de existir muito silêncio sobre esta matéria e que urge tomar medidas, salientou importar referir que a Câmara Municipal da Praia da Vitória a 25-03-2014, realizou uma conferência de imprensa, na qual o Presidente da Câmara Municipal, apresentou uma proposta para o novo modelo de contra partidas, as quais enunciou, visto julgar que ao concluir a sua leitura certamente os conselheiros chegariam à conclusão que afinal não existe divergência de posições e que todos pretendem o mesmo sendo que o discurso acaba por ser único e convergente.

O **deputado Francisco Coelho** ao intervir fez um ponto de situação sobre a questão da base das Lages, referindo que a questão que se pôs foi no sentido de ter sido

formalmente anunciado pelo Governo dos Estados Unidos ao Governo Português, que é quem tem, num estado unitário, embora regional, competências em matéria de defesa e em matéria de politica externa, sem prejuízo dos direitos de participação muito importantes que a Região Autónoma dos Açores também tem, foi comunicado que ia haver uma redução importante.
Quer o Governo Português, embora com fases e ritmos diferentes, quer os órgãos de Governo próprio dos Açores, tudo têm feito no sentido de evitar que esse problema não se ponha, o que tem produzido alguns resultados, porque essa redução foi anunciada para ocorrer em 2014 e como se sabe, foi aprovada uma norma, no congresso americano, em que esse processo foi suspenso, ainda não há um relatório final, mas já se sabe que há um conjunto de legisladores Americanos, a trabalhar no sentido dessa norma permanecer e ser reforçada.
Portanto o que aconteceu foi uma suspensão, pelo que devem ser cautelosos porque não há qualquer decisão definitiva que seja mais ou menos favorável ou que acautele os interesses de Portugal e dos Açores.

Referiu ainda, que os interesses dos Açores são fundamentalmente, neste processo a salvaguarda dos postos de trabalho.
Atendendo a que a Base das Lages, independentemente de todas as discussões a nível estratégico e de relações internacionais, se é certo que perdeu algumas missões típicas e extremamente importantes da guerra fria, a verdade é que continua a ser, fora dos Estados Unidos, a segunda bomba de combustível.
Não se trata apenas de uma base stand-by trata-se pelo contrário de os Estados Unidos continuarem a ter todas as potencialidades e toda a vantagem estratégica que esta base nessas funções lhes dá a um custo que, tendo em conta um acordo de países amigos e aliados, digamos que a contrapartida para Portugal começa a ser desequilibrada e insignificante isso também tem que ser feito e será feito com certeza sentir ao nível das relações internacionais e diplomáticas. Pensa que é importante ter-se a noção que trata-se de uma base militar e isso traz algumas vantagens e algumas restrições. Tem trazido ao longo desses 60 anos um conjunto de vantagens e de impactos positivos também e que é certo, e aí concorda, que deve ser feito um esforço entre as autoridades regionais e as autoridades da república no sentido de melhorar e de potenciar as sinergias e um cabal aproveitamento entre os fins militares e os fins civis que a infraestrutura tem inegavelmente há muitos anos, mas no sentido de melhorar essas sinergias para benefício de todos, designadamente e em 1.º lugar da Ilha Terceira.

Após esta intervenção **o Presidente do Conselho de Ilha**, aludiu que seria útil aquele órgão demonstrar que na Ilha Terceira, em relação a esta matéria falam todos a uma voz comum e, em representação do Município de Angra fez questão de afirmar isso. Julga que poderiam, e a proposta que fez ao conselho de ilha, foi no sentido de dar o apoio ou aprovar como sendo do conselho a posição tomada pelo município da Praia da Vitória, e ao fazerem isso unificava-se todas as posições e ficaria claro que, pelo menos, neste momento, e enquanto não surgirem novos fatos e novas realidades, porque elas obviamente surgem, essa é a posição mais adequada que basicamente aponta para uma

crescente posição de gestão partilhada daquele espaço entre interesses militares e interesses civis e de uma crescente utilização daquele espaço para fins económicos.

Apresentou, ainda, proposta no sentido de aprovarem a questão que tem a ver com a utilização do cais de cruzeiros, que se mostrou divisível, para aprovação por unanimidade, visto ser importante e ter um valor externo e um significado quer junto das autoridades regionais quer nacionais quer ainda junto dos norte americanos e crê que o Conselho de Ilha com o peso que tem e com aquilo que deve ser a sua função, não deve passar despercebido junto dessas entidades, pelo que fez a proposta de aprovarem a proposta da Praia da Vitória, suprimindo essa parte porque uns concordam outros não. A mesma não é relevante para a matéria que está em causa que é a Base das Lages, mas julga com isso conseguir uma unanimidade que valoriza e muito, a posição do Conselho. Deixou ao critério dos conselheiros para que pensassem no assunto tendo passado a palavra ao **conselheiro Pedro Ferreira,** que começou por referir que a Base das Lages é um bom exemplo da forma como a sociedade Portuguesa e Açoriana em particular se tem posicionado nos últimos tempos – 40 anos – de regime democrático.
Na opinião do mesmo conselheiro falta uma posição definida, de acompanhamento permanente de estudo efetivo que já deveria estar feito há muito tempo, com o devido respeito pela Câmara do Comercio e de toda a gente. Tendo saudado aquela Associação Empresarial por levantar o problema, embora tenha lamentado não o ter feito mais cedo.

Julga também que deveria sair do Conselho de Ilha uma posição de força no sentido de que as entidades públicas e governamentais, se organizassem, criassem um departamento, um conselho, que passasse a debruçar-se muito mais afincadamente sobre estes assuntos. As potencialidades geoestratégicas e geopolíticas dos Açores são conhecidas há anos, porque são muito faladas, depois, contudo, não se cuida delas, pelo que julga que se deveria acrescentar um ponto ao memorando no sentido de se estudar, de se potenciar a apresentação de propostas, de contributos sobre como gerir aquele espaço partilhadamente, como rentabilizar aquelas infraestruturas que passem a ficar vagas, etc.

Posteriormente, o **deputado Francisco Coelho,** pretendeu fazer dois breves esclarecimentos na sequência da intervenção do Conselheiro Pedro Ferreira, a primeira – que não concorda que a sociedade Civil Açoreana e Terceirense não se tem preocupado com a Base das Lages. Acha que tem. Lembrou, por exemplo, que o Parlamento Açoreano tem uns 5 ou 6 relatórios em 30 e poucos anos, sobre a Base das Lages, começou logo com um relatório extraordinário na 1.ª legislatura, que identificou os principais problemas e onde se tornou público, pela primeira vez, o 1.º acordo técnico que até aí era secreto. Pelo que preocupações e pensamento sobre a Base das Lages acha que temos.

Relativamente a "Sindicato dos Trabalhadores", não referiu que a única preocupação do seu partido ou do Governo dos Açores sejam os trabalhadores diretos e indiretos e os postos de trabalho, o que diz é que nesta matéria, uma das questões fundamentais a

acautelar, segundo os interesses dos Açores é preciso que se potencie a Base das Lages e a infraestrutura mas também é preciso que a infraestrutura ou algumas das suas condicionantes não seja usada como desculpa.

Findas as intervenções o **presidente do Conselho de Ilha**, deu a palavra ao representante da Câmara do Comercio para uma intervenção final.

O mesmo tentando resumir, disse que a posição da Câmara do Comércio numa fase é a seguinte: A Base das Lages tal como está é pouco, vindo uma redução de efetivos ainda é pior, pelo que há que tomar alguma medida.
De seguida leu algumas conclusões do Trabalho efetuado pela Câmara do Comercio, as quais de uma forma resumida, traduzem a necessidade de uma otimização daquele espaço que é isso que os preocupa. Sem uma vertente civil, tal como existe em "n" bases militares não é possível potenciar o que temos entre nós.

Por último e relativamente ao assunto em apreciação o **presidente do Conselho de Ilha** disse, terem chegado à fase em que havia que tomar posições, referindo que as questões da Câmara do Comércio, embora com maior detalhe, estão contidas naquilo que a Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, por unanimidade, já aprovaram, tendo apresentado a proposta no sentido de, por um lado se considerar que o relatório é do conhecimento de todos e oficialmente se remeter o relatório da Câmara do Comércio ao Governo Regional dando conhecimento que o apreciaram e assim as conclusões, obviamente constarão do relatório que será enviado. Assim sendo e caso ninguém se opusesse sugeriu que com uma pequena alteração da questão do cais de cruzeiros, adotassem como sendo do Conselho de Ilha os 6 (seis) pontos que foram aprovados pelos órgãos do Município da Praia da Vitória, o que teria a vantagem de unificar tudo. Fez a leitura do documento com as pequenas alterações e referiu que será apenso ao mesmo o relatório da Câmara do Comércio.

Posto à votação, do Conselho de Ilha, o documento foi aprovado por unanimidade

Proseguiu-se a reunião com o **Ponto 3 da ordem de trabalhos** – Outros assuntos de interesse.

Tal como referido no inicio da reunião o **presidente do Conselho de Ilha**, pôs à consideração daquele órgão a inclusão, neste ponto da ordem de trabalhos, da proposta apresentada pelo **conselheiro Pedro Ferreira,** entretanto distribuída por todos os conselheiros, e que, nos termos do regimento, é necessária a aprovação por 2/3 dos membros presentes.

Posta a votação a sua inclusão foi admitida por unanimidade.

Nestes termos usou da palavra o **conselheiro Pedro Ferreira** (autor da mesma) dizendo que a proposta de pronuncia por iniciativa própria do Conselho de Ilha, surge na sequência daquilo que foi a reunião extraordinária de 25 de março de 2014, realizada na Praia da Vitória.

Quando foi analisado o PIT uma das questões que se abordou, relativa à questão dos transportes para a Ilha Terceira, tinha a ver com a permanência, a criação de uma base operacional como em tempos já houve na Aerogare Civil da Base das Lages, o estacionamento em permanência de uma aeronave da rota interilhas da Sata Air Açores.

Na altura ficou entendido que o assunto não seria enquadrável naquele âmbito "Análise e Parecer do Plano Integrado de Transportes" tendo ficado a hipótese de se poder formalizar esta intenção/proposta, para que se debatesse essa matéria. Efetivamente não se trata de um assunto novo, mas que provocou uma discussão saudável há sensivelmente 4/5 anos atrás e que surge na renovação da frota inter ilhas da Sata Air Açores. Na altura pensava-se que este processo de renovação seria apenas de renovação de frota mas acabaram os Terceirenses por ser surpreendidos com a centralização/concentração de toda a frota no Aeroporto João Paulo II em Ponta Delgada. O partido que representa – CDS-PP – entende que está na altura de levantar esta questão porque não estamos melhor servidos, os terceirenses, e os Açorianos, como se pode comprovar por alguns horários daquela transportadora aérea nas ligações no Grupo Central.

Acabou-se com a criação de emprego na área da aeronáutica e da Aviação Civil e Comercial na Terceira, empregos que como se sabe, são nestas áreas altamente qualificados. Piorou-se os horários nomeadamente na ligação à ilha maior – São Miguel. Existindo também outras questões como as condições climatéricas, fatores de proteção civil que só por ai justificaria uma descentralização da frota. Existe ainda outro fator que lhes parece fundamental e que tem que ver com a forma como se tentou colmatar a crítica terceirense à SATA.

É certo que este não é um problema que toca só aos terceirenses, mas estão convictos que o estacionamento de uma base operacional da SATA, na ilha Terceira promoveria uma melhoria da operacionalidade daquela operadora e , substancialmente melhoraria as acessibilidades e a mobilidade dos Açorianos das diferentes ilhas dos Grupos Central e Ocidental e nesse sentido, com o melhor espírito, e sem politizar o Conselho de Ilha, porque não é esse o objetivo, julgam que era importante este órgão, voltar a marcar uma posição, criando ou recolocando algumas infraestruturas da SATA, podendo até ser uma forma interessante de ajudar a minimizar alguns impactos da própria redução e desmilitarização da Base das Lages, aproveitando algumas infraestruturas que possam ser também partilhadas de outra forma, pelo que julgam ser altura de o Conselho de Ilha se pronunciar por iniciativa própria, no sentido de recomendar ao Governo Regional dos Açores que promova as iniciativas de sua competência para garantir que pelo menos um dos aviões da SATA, possa ficar estacionado na Ilha Terceira, possibilitando a criação de

postos de trabalho, um investimento na melhoria das infraestruturas de apoio à placa de estacionamento de aeronaves civis, assim como à melhoria da capacidade de resposta em situações de emergência ou de proteção social dos serviços de transporte aéreo que existe nos Açores.

Terminou referindo que era este o contributo que gostaria de colocar à discussão.

Posto à discussão, usou da palavra o **conselheiro Pimentel Dias**, referindo que em linhas gerais concorda com o documento. Contudo, acha que a recomendação que vier a sair do Conselho de Ilha não deve ser feita ao Governo Regional dos Açores, julgando que assim é politizar o assunto, sendo de opinião que a recomendação deveria ser feita ao Conselho de Administração da SATA que é quem detém a gestão da Frota.

Seguidamente usou da palavra o **conselheiro João Santos**, alegando que, embora o conselheiro Pedro Ferreira, tenha dito que não queria politizar o Conselho de Ilha, a pronuncia em questão é mais do que politica, inclusive tem alguns parágrafos que são iminentemente políticos apontando baterias ao Governo Regional, pensa que não seria essa a intenção, mas da forma como está escrito também. Depois, relativamente a votar ou analisar o assunto como está existem algumas coisas com as quais não concorda, visto pensar que não espelham aquilo que se pretenderia, nomeadamente quando existem considerações várias sobre a gestão interna da própria SATA.

Julga que o que teria de ser discutido com a SATA, efetivamente seria qual a posição da Ilha Terceira, relativamente ao serviço de transportes, à forma como os Terceirenses são servidos e à mais valia que este ou aquele serviço, ou o que a SATA trás à economia da Ilha, isto sim, agora por cá um avião, e porque não pô-los todos? . Se se chega à conclusão que é essa a situação ideal para a gestão, para o serviço à Ilha, ao Arquipélago, para as ligações com o exterior, parece-lhe que é demasiado redutor dizer que as nossas preocupações são diversas mas resolvem-se todas com a colocação de um avião na Terceira.
Julga que o Conselho de Ilha, só pode reclamar de um serviço de excelência da SATA e não mais do que isso.

O **presidente do Conselho de Ilha** fez um apelo à memória dos conselheiros, atendendo a que nas últimas duas sessões estiveram a discutir o PIT que tem a ver inquestionavelmente com esta matéria em particular, naquela que interessa mais aos Terceirenses e que tem a ver com a eficiência dos horários e as boas ligações, sendo esta a questão essencial.

Para evitar uma vez mais questões fraturantes , sugeriu que transformassem este debate na próxima sessão do Conselho de Ilha, até porque a última edição dos horários da SATA era catastrófica, foi necessária uma intervenção das duas Câmaras Municipais da Terceira e outras entidades, para depois terem alterado os mesmos. O que mostrou que há

alguma coisa na questão dos horários que precisava ser acertado, sendo isso o foco do debate e poderiam fazê-lo na próxima reunião ordinária.

Assim, questionou o **conselheiro Pedro Ferreira** se queria que a pronuncia fosse votada ou se queria que na próxima sessão já em outro âmbito, no âmbito dos horários, poder-se-ia em função do que tiver acontecido até lá e pedir uma informação mais detalhada à SATA, no sentido de informar o conselho, para que tenham informação sobre as razões que determinaram tão maus horários e o que impede que haja bons horários e, aí com resposta a estas duas perguntas fariam um debate mais aprofundado, se necessário for, pedindo que alguém responsável da SATA compareça e seja ouvido no Conselho de Ilha.

Foi a proposta apresentada em alternativa a debaterem a pronúncia. Contudo caberia ao proponente a última palavra.

Pedro Ferreira, disse que o objetivo em trazer a matéria em questão é mais vasto do que apenas chamar a atenção para aquilo que toda a gente sabe porque sente na pele um conjunto de meses que são os maus horários e o mau serviço que a SATA presta aos Terceirenses em particular. Alegou estar na disposição de levar avante a votação daquela pronuncia com as alterações que entendam sugerir, caso contrário acha que não vale a pena andarem a atirar mais para a frente, devem é fazer um paralelismo de assuntos.

O **presidente do Conselho de Ilha** disse crer que exceto se for alguma questão que seja tipo ponto de ordem que o debate já estaria encerrado visto que o promotor acabara de falar.

Seguidamente o **conselheiro Pimentel Dias,** recomendou que, relativamente ao assunto trazido pelo conselheiro Pedro Ferreira, se revisitasse as atas onde este assunto foi debatido à época. O Conselho de Ilha pronunciou-se e teve debates muito interessantes, pelo que não era nada de novo o que se estava a debater. O Conselho de Ilha a época recomendou ativamente aquilo que consta da pronúncia apresentada, sendo que o que está deliberado é precisamente o que a proposta do conselheiro Pedro Ferreira veio trazer. Tendo questionado: Vamos deliberar a mesma coisa? Ou vamos lembrar a SATA e o seu Conselho de Administração, que o Conselho de Ilha já se pronunciou sobre esta matéria?

O presidente do Conselho de Ilha disse não ter as atas anteriores mas que na próxima sessão poderiam tê-las. De qualquer forma é um direito de quem faz uma proposta vê-la votada, pelo que a colocou à votação.

Entretanto o **conselheiro Pedro Ferreira**, frisou que o objetivo era que o Conselho de Ilha se pronunciasse sobre um problema que nos afeta em diversos pontos de vista.
Assumiu que desconhecia, por ser novo no Conselho, e não ter tido o trabalho de ir ler as atas anteriores, muito menos daquela altura, pelo que o objetivo é que o Conselho de Ilha se volte a pronunciar, no sentido de chamar a atenção à SATA que há um conjunto de

coisas que podem e devem ser melhoradas, pelo que acha ser desnecessário saírem sem uma votação/um chumbo a uma pronúncia.

O Presidente do Conselho disse estarem num órgão colegial que se rege pelas normas universais dos órgãos colegiais democráticos e portanto a única pessoa que poderia retirar de votação o documento seria o Conselheiro Pedro Ferreira, caso contrário, o Conselho teria de o votar sendo essa a obrigação do órgão. Pelo que questionou se pretendia retirar ou que a votassem.

Pedro Ferreira, disse que retirava e aceitava empurrar para a frente a iniciativa se lhe garantissem que, da parte de todos que haverá interesse em que o Conselho de Ilha se pronuncie sobre o assunto.

O Presidente do Conselho, garantiu e afirmou publicamente que aceitará a proposta que for entregue, se a mesma for feita dentro do prazo regimental, ou será automaticamente agendada, não sendo o debate negado e será aquele que for apresentado na altura e que os conselheiros entenderem.

Voltou novamente a questionar se pretendia retirar ou não a proposta sendo apenas isso que estava em discussão.

O conselheiro João Santos, fez notar e garantiu ao conselheiro Pedro Ferreira que, como representante do Partido Socialista, tem todo o interesse em ver discutido no próximo Conselho a posição da SATA relativamente à Ilha Terceira.

Por seu turno a **conselheira Marília Margarida Enes Garcia de Vargas,** dirigindo-se ao conselheiro Pedro Ferreira, disse que não sentisse que o assunto fora posto de parte ou porque foi uma ideia que vem do partido que o mesmo representa, disse ainda que está de acordo com os pontos que o Conselheiro João Santos disse e com alguns do Pedro Ferreira, acha bem que se amadureça a ideia e se pudesse disponibilizar as atas antigas para todos ficarem a par do que realmente se passou e fazer aquilo que compete ao Conselho que é chegar a um consenso e perceber porque é que realmente os horários estão mal para a Ilha Terceira.

Comprometeu-se por sua parte **o presidente do Conselho de Ilha,** se for esse o entendimento do Conselho, fazer todas as diligências previas, no sentido de haver um documento informado sobre as questões do horário dos serviços da SATA de maneira a que possam fazer o debate.

O **conselheiro Pedro Ferreira**, disse que, considerando e partindo do principio de boa fé de que chegou e que efetivamente estava a sentir de outras partes, retirava a iniciativa, no sentido de a melhorar e de futuramente poder-se tomar uma posição de força sobre a matéria.

Passou-se a **"Outras Questões"**:

Nesta fase começou por intervir o **conselheiro Pimentel Dias**, que trouxe um assunto ao Conselho de Ilha, o qual transita do anterior mandato e que não teve solução no mesmo, que tem a ver com as reuniões extraordinárias daquele órgão. Procedeu à leitura dos artigos 27.º, 23.º e 24 do Regime do Conselho de Ilha, que se referem respetivamente à assunção de encargos com o funcionamento do Conselho, direito a senhas de presença e o valor estipulado e a pagar por cada reunião aos membros. Sendo que o que sucede no momento e já vem do mandato anterior é que as reuniões extraordinárias, que foram duas no ano anterior, não foram pagas, aos conselheiros e presume que as extraordinárias de 2014 irão pelo mesmo caminho. Referiu ainda que o que consta do diploma aprovado pela Assembleia Legislativa Regional não é o que está a acontecer. Pelo que recomendou que o Presidente do Conselho de Ilha diligencie junto do Departamento Regional competente – Direção Regional de Organização e Administração Pública – no sentido daquele departamento fazer chegar ao Conselho de Ilha as verbas necessárias para suportar o funcionamento do mesmo. Acresce também, e pelo mesmo caminho, as ajudas de custo quando há deslocações de membros do Conselho de Ilha por reuniões extraordinárias e subsídio de transporte que também não está a ser pago.

O presidente do Conselho de Ilha disse, ficar registada a preocupação manifestada contudo, o comunicado, por escrito é que não irão proceder ao pagamento pelo que não tem maneira de obrigar a fazer o contrário.

O **conselheiro João Santos,** manifestou o seu desacordo com a fundamentação dada pela entidade competente, tendo solicitado ao Presidente do Conselho que a questão fosse posta à DROAP-Direção Regional de Organização e Administração Pública, e que fosse dada uma resposta cabal ao Conselho de Ilha. Se é por questões financeiras então determine-se, por legislação, revogue-se o Decreto Legislativo Regional e termine-se com as senhas de presença e o mesmo reúne como o Conselho Municipal de Juventude ou de Educação, entre outro e enquanto a legislação for a que é, exige, no mínimo, uma resposta porque é que não lhe pagam aquilo que é devido por lei.

O Presidente do Conselho, disse que fará chegar essa posição a quem de direito.

Por seu lado o **conselheiro Pedro Ferreira**, referiu que, pelo que sabe há uma intenção do Partido Socialista de alterar estes artigos na Lei que não estavam nas intenções iniciais dos partidos que propuseram alterações aquele diploma, mas uma das hipóteses que está em cima da mesa, é alterar o artigo 27.º, no sentido de os encargos com o funcionamento do Conselho de Ilha passarem a ser suportados pelas Câmaras Municipais e não pelo departamento do Governo Regional que tutela as autarquias locais.

A questão que coloca é: Estando na lei, a lei deve ser cumprida, efetivamente o critério de imprevisibilidade não consta na Lei, e acha que não estava no espírito do legislador. E agora havendo esta intenção de, ou eliminar ou fazer reverter os custos para as

autarquias, gostaria de saber se o Presidente do Conselho de Ilha enquanto presidente da Câmara Municipal, tem algum conhecimento dessa intenção, até porque ela parte precisamente do Grupo Parlamentar do PS.

O Presidente do Conselho, disse não ter conhecimento privilegiado sobre a matéria em causa, o que poderia dizer é que os órgãos que não são órgãos da região obviamente caso se entenda que devem ter algum tipo de remuneração, deve ser suportada pela região e os órgãos que são municipais devem ser suportados pelo Município. Contudo não fora consultado para esse efeito.

O **conselheiro Fernando Sieuve de Menezes,** interveio para manifestar a sua satisfação com aquilo que já começou a ver feito pela Câmara Municipal nomeadamente no passeio em frente à Pastelaria Central, o qual ficou quase impossibilitado de se andar desde o sismo, pelo que felicitou a edilidade por isso.

Julga que também algo deve ser feito, pelo mobiliário público, recordando que no Largo de São Lazaro, há um recanto que fizeram com uns bancos e via-se com frequência idosos ali sentados, sendo que atualmente não se vê qualquer idoso no local, certamente porque substituíram os bancos que lá estavam e que tinha costas por outros de cimento muito arquitetónicos mas que não servem.

Referenciou ainda, achar vergonhoso o mobiliário existente na Rua da Esperança, pelo que apelou a que seja substituído por outro mais confortável

Invocou para a necessidade de, na Praça Velha, se substituir o contentor metálico existente por algo com mais dignidade em frente ao edifício dos Paços do Concelho. Assim, espera que progressivamente se vá fazendo algumas substituições de mobiliário urbano com mais dignidade para o Município.

O **presidente do Conselho de Ilha**, na qualidade de Presidente da Câmara, disse que a edilidade está sensível aquela questão e que estão a fazer umas dúzias de pequenas intervenções em sítios mais problemáticos. Em relação à questão das calçadas disse estar naquele momento em discussão pública, um documento enquadrador que tem impacto sobre isso. Referiu ainda, que foi entendimento da Câmara Municipal que deveriam fazer as coisas na sequência certa. O documento em causa define um conjunto de ruas que necessitam intervenção, não é apenas a questão da calçada que isso não é a questão essencial, questões que tem a ver com o perfil das próprias ruas. Há a necessidade de repensar a utilização do espaço urbano numa determinada zona que está nesse documento. Uma vez aprovado o documento passarão à fase seguinte que é obter um projeto necessário e fazer as obras indispensáveis, sem prejuízo das pequenas intervenções que estão a ser feitas desde o edifício dos Paços do Concelho, Teatro e Piscinas, são pequenas intervenções que dão outro aspeto à Cidade.

Referiu ainda que tem de ser feita uma requalificação da Praça Velha, sendo isso uma matéria que terá de ser devidamente projetada e pensada.

Relativamente aos bancos disse já estar em curso a sua substituição, sendo que os substituídos serão colocados em outros locais que haja necessidade.

Os bancos da Praça Velha, foram requalificados estando em excelente estado e de fato além de serem bonitos as pessoas gostam deles.

O **conselheiro José António Azevedo**, interveio com uma referência à via rápida, Angra Praia, dizendo que a mesma foi criada e projetada da forma que está para dar segurança e maio fluxo de tráfego entre as duas cidades e o aeroporto. Foram feitas as vias laterais para os animais e para os veículos agrícolas, mas não foi assegurado um barramento de entrada de animais extraviados ou em muda na própria via rápida, ou seja, os acessos estão lá como no Golfe, na Barraca nas Quatro Canadas que dão origem a zonas de explorações agrícolas, mas o acesso de um animal extraviado à via rápida não está assegurado. Pelo que gostaria que houvesse uma referência do Concelho de Ilha às entidades competentes no sentido de fazerem umas intervenções nas entradas nas zonas mais rurais à via rápida que assegurem, uma segurança dos animais extraviados na totalidade.

O **presidente do Conselho de Ilha** disse que, infelizmente não é um problema nosso, é mesmo de auto estradas que tem imenso trânsito. Obviamente que não se pode em todos os acessos à auto estrada colocar uma cancela ou outra forma. Por outro lado referiu que a colocação das chamadas "canadianas", quando são zonas com muito tráfego as pessoas não gostam e não aceitam, pelo que é um problema comum na rede viária de todo o mundo civilizado.
Todavia, poder-se-ia fazer chegar, a quem de direito, que, pelo menos nas vias com menor tráfego e que a "canadiana" não incomode tanto se proceda de conformidade. Caso contrário é impensável.

O **conselheiro José António Azevedo**, concordou com o sugerido para as zonas com menos trafego e com mais circulação de animais.

Por último interveio o **conselheiro Pedro Ferreira**, dizendo ter ficado impressionado com uma posição tomada pelo Conselho de Ilha de São Miguel relativamente ao fato ou à defesa da velha teoria que São Miguel é o reboque da economia Açoriana, tendo sido defendido pelos Srs. Noé Rodrigues, presidente do Conselho de Ilha de São Miguel e Jorge Rita da Federação Agrícola dos Açores, parecendo-lhe que é perigoso este tipo de posição pública e mais a mais de um órgão como o conselho de ilha, e que seja passado em branco, sem qualquer tipo de réplica, ou qualquer tipo de posição.

A Terceira já tem sofrido bastante, na sua opinião, com aquilo que tem sido a forma de "sustentar" um mundo virtual que foi criado em São Miguel.

Assim, questionou se os conselheiros se reviam neste tipo de declarações eventualmente ou não, e se entendiam que o Conselho de Ilha da Terceira deveria tomar uma posição no sentido de não deixar passar impune este tipo de afirmações que são graves e que cada vez graçam com mais apoiantes na comunidade politica Açoriana.

O **presidente do Conselho de Ilha,** referiu que com toda a liberdade os conselheiros dizem e fazem as propostas que entenderem. Contudo, aquilo que lhe parece e como membro e presidente do Conselho de Ilha é que não devem embarcar neste tipo de discussão e neste tipo de debate, por duas razões, primeiro porque conta mais os factos do que as palavras e o factos na Ilha Terceira, nas autarquias e em todos os lugares em que se está deve fazer-se o que tem de se fazer para que nunca seja verdade aquilo que está a ser alegado. A outra questão que lhe parece importante, é que não devem embarcar neste tipo de discurso porque se o fizerem estão a perder valor, o que é essencial para todas as ilhas e em particular para a Ilha Terceira, pelo que não lhe parece nem se revê, nem no que foi dito em São Miguel nem no que foi dito ali na reunião. Acha sim, que tem de se fazer o que tem mesmo de ser feito, dignificar os lugares que ocupam e tomar as decisões corretas nos momentos que se tem de o fazer. Não lhe parecendo que sejam úteis estas questões.

Por último usou da palavra o **conselheiro Pimentel Dias,** para relevar e registar o fato de pela primeira vez o Conselho de Ilha de São Miguel ter funcionado coisa que nunca existiu.

Posto isto, e não havendo mais intervenções o Presidente do Conselho de Ilha da Terceira, deu por terminada a reunião, despedindo-se e agradecendo a presença de todos.

O Presidente do Conselho,

José Gabriel do Álamo de Meneses

Os Membros da Mesa

Ana Rita Meneses Barco